Política Indigenista e "O Índio Brasileiro"

RUBEM T. DE ALMEIDA

Apresentada em edição encadernada (tamanho 28,5x21,5 cm), "miolo costurado, papel 'Couchê' 120 gramas, capa papel cartão e quatro cores com guarda ou sobrecapa colada, *A Verdade Sobre o Índio Brasileiro*" (Guavira Editores, Rio de Janeiro, 1981) deixa visível o alcance dos recursos que foram necessários para sua realização. São 64 páginas, todas ilustradas com fotos coloridas (quatro cores) num total de 88; contém ainda 9 páginas de tabelas (missões em áreas indígenas, população indígena e projetos da Fundação Nacional do Índio — FUNAI — para o Nordeste) e um mapa das Delegacias Regionais, Parques e Postos Indígenas e de Atração da FUNAI. Do ponto de vista gráfico e visual, o trabalho parece ter sido feito com cuidado especial.

Se, por um lado, a atenção do leitor é despertada pela apresentação estética, de outro lado, chama a atenção o fato de ser uma tarefa difícil definir com clareza a autoria de *A Verdade Sobre o Índio Brasileiro*. Isto porque em toda a publicação há apenas a indicação da Editora que a produziu e a firma de "Gustavo de Faria — Editor" (: 1).[1]

A primeira impressão que tivemos frente ao livro foi de que tínhamos em mãos uma edição "pirata", dada a ausência do crédito ou expediente que a pudessem identificar. Paradoxalmente, no entanto, ao folheá-lo com maior atenção, o leitor se depara com tabelas, mapa, fotos e outros indicadores que denotam claramente ser esta uma publicação que se constitui

(1) Gustavo de Faria: "Ex-capitão do Exército, que se tornou dono da Editora Guavira que publica títulos de obras escritas também por militares". *Jornal do Brasil*, edição de 2/2/83, p. 13.

em porta-voz do pensamento dos que respondem pela condução da política indigenista oficial brasileira.

A insatisfação provocada pela ausência de expediente nos levou a uma rápida sondagem sobre a gênese da publicação. Em diversas livrarias não pudemos encontrá-la para compra, sendo que nem mesmo sua existência era conhecida. Em dois contatos estabelecidos com a Guavira Editores, obtivemos duas respostas diferentes em relação à responsabilidade pela iniciativa. A primeira informação foi de que a publicação teria sido realizada por solicitação da Assessoria de Comunicação da FUNAI, que teria preparado o material, editado as fotos, elaborado o texto e se responsabilizado por sua distribuição gratuita, cabendo à editora apenas a impressão e a organização do trabalho. Posteriormente, nos informaram que a iniciativa da publicação teria sido da própria editora que teria procurado a FUNAI e feito a proposta para sua realização. Pela natureza das informações contidas no livro, pelo tom do discurso ali apresentado, tenderíamos a aceitar a primeira versão. Com efeito, publicações dessa natureza não chegam a constituir novidade no Brasil político de hoje. Mas, um cálculo apenas aproximado e superficial dos custos que teriam sido injetados para confecção da publicação, chega a causar indignação se se considera a crise no país nos dias de hoje. Talvez pudessem ser demarcados alguns milhares de hectares de área indígena com o montante de recursos gastos.

Num estilo que procura ser consensual, sem espaço para dúvidas sobre as afirmações que ali se fazem, numa linguagem limpa, imponente e, muitas vezes, soberba; sem problemas de demonstração, num texto "neutro", sem tomada de posições por estar tudo "correto", surge o objetivo formal da publicação, qual seja dar ao leitor informações sobre a situação do índio nos dias de hoje; além disso, fica visível a tentativa de fazer propaganda das realizações da FUNAI. Paralelamente a isso, é observável a preocupação de legitimar, não só o discurso, como as realizações do órgão tutor, principalmente, quando lança mão de organismos internacionais (ONU, OIT, OEA) que "personificam a consciência responsável da humanidade" e apóiam "governos que possuem grupos indígenas não integrados ou mal integrados" (: 9, 10). A legitimação das realizações da FUNAI resume-se na premissa que norteia e define a política indigenista oficial hoje, qual seja a integração do índio à sociedade nacional.

Quanto ao público a que se destina, a publicação pretende atingir diferentes setores da sociedade nacional e informá-los sobre como deve ser entendido o índio brasileiro.

> "Professores, estudantes, artistas e intelectuais encontrarão em suas páginas respostas corretas a inúmeras perguntas — respostas que os ajudarão a se libertar de errôneos conceitos estereotipados" (: 1). "No inconsciente coletivo das populações dos Estados Unidos, Europa e, embora em menor escala também no Brasil e países latino-americanos, se implantou um complexo de culpa retroativo, com relação ao que seus ascendentes fizeram com os índios (...). Os pensadores, os intelectuais e artistas, os jovens (sempre idealistas e generosos) são os que mais sentem e expressam esse sentimento de culpa; dela procurando se redimir, o mais das vezes com protestos e acusações infundadas às atuações governamentais, quase sempre motivadas por má informação." (: 9)

A imprensa é criticada de forma contundente e também é considerada como leitor em potencial da publicação:

> "Jornalistas, homens de comunicação, após a sua leitura, terão uma visão mais global da problemática do índio em nosso país: podendo, assim, interpretar melhor as ocorrências episódicas que, periodicamente, fazem do índio 'notícia'." (: 1) "Os meios de comunicação, otimizados pelos avanços tecnológicos (...), dão repercussão a esses protestos e acusações, sem se deter no exame de sua procedência." (: 9)

Aos que presumivelmente irão compartilhar das opiniões contidas no livro, este é recomendado, pois

> "Empresários, homens públicos, políticos, militares, compreendendo melhor a política indigenista do Brasil, poderão assumir posições consentâneas e lúcidas desenvolvendo efetivamente a responsabilidade solidária na defesa, preservação e integração harmoniosa na comunhão nacional desse nosso precioso patrimônio histórico humano e cultural que são as comunidades indígenas, o nosso índio" (: 1 — Texto assinado por Gustavo de Faria).

Afora a imprensa e os setores da sociedade nacional identificados pela publicação como professores, estudantes, artistas e intelectuais, de um lado; empresários, homens públicos, militares e políticos, de outro, o livro

> "... se destina a todos que, no Brasil ou no exterior, tendo interesse pelo índio brasileiro, carecem de informações factuais atualizadas." (: 1)

As fotos apresentadas na publicação são numerosas: as 88 fotos de tamanhos variados perfazem, aproximadamente, 65% da publicação (perto de 40 páginas), contra 18% (11 páginas) de texto, 9 de tabelas e as demais divididas entre índice, títulos dos capítulos em corpo de letra maior e legendas. A conexão e nexo entre texto e edição de fotos, por outro lado, conduz o leitor por caminhos que recaem na premissa básica da integração do índio à sociedade nacional. Seus doze capítulos podem ser divididos, com relação às fotos, em três partes ou blocos que representam diferentes momentos da situação indígena no país.

O primeiro conjunto de fotos (primeiros quatro capítulos) mostra situações indígenas onde se observa a virtual ausência do homem branco. É formado por fotos de índios nus; muitos em atitudes de dança ritual, outros ornamentados com plumagens ou pinturas corporais; aldeias isoladas, artesanatos vistosos, índios com flechas, máscaras de museus, etc. As legendas que acompanham as fotos, por sua vez, não dão maiores esclarecimentos do grupo ou cultura, limitando-se a expressão como: "acima, índio Kanela. Abaixo, Kamaiura ornamentado" (: 9); ou, "na sua arte plumária, encontramos os ornamentos mais vistosos e belos feitos pelos índios" (: 13); ou, ainda "dispersos por quase todo o Brasil, nossos índios vivem em diversos estágios de aculturação." (: 12)

No texto que acompanha esse primeiro bloco de fotos, os responsáveis pela publicação abrem espaço para informar, entre outras coisas, que a conquista dos povos indígenas pelo homem branco foi feita

> "... mais por extermínio do que por integração", e que este extermínio "pertence à história: seu processo, sobejamente conhecido, foi semelhante a todos os processos de conquista ocorridos no mundo através dos tempos: suméricas, babilônicas, egípcias, gregas, romanas, mongólicas, arábicas, anglo-saxônias, etc... Em todas o forte se impondo sobre o fraco e tomando seus territórios; as tecnologias e culturas mais avançadas sobrepondo-se às menos desenvolvidas. Sempre com lutas, traições, morticínios." (: 9)

A análise revela que o axioma da derrota de culturas "atrasadas" frente às "fortes e avançadas" é encarado como peculiaridade da natureza humana. Detecta-se, porém, na continuidade do texto, que a prática exterminadora já não pertence aos dias de hoje, mas a um passado a-histórico, mítico, quando as populações indígenas não podiam contar com a participação efetiva do Estado para salvá-las. A história, vista por esse prisma, assume o caráter de uma seqüência cronológica desconectada da atualidade, desvendando, assim, o intuito do livro de descaracterizar a realidade vivida pelas sociedades tribais no Brasil de hoje. Nessa primeira parte ainda, pontos importantes para o entendimento do índio são abordados numa linguagem superficial onde, em última análise, são recriados velhos preconceitos:

> "O namoro é respeitoso e, quando noivos, os arroubos maiores se limitam aos beijos nas faces" (: 20); "nos grupos Tupi, os índios são de estatura baixa. Entre os Timbiras predominam estaturas médias. Os índios do Alto Xingu são corpulentos." (: 22)

Os capítulos quinto e sexto, que compõem a segunda parte do livro, fazem um corte repentino no conjunto de fotos seqüenciadas e marcam, com gravuras de Rugendas e Debret — índios acorrentados como escravos, colonizadores com armas em posição de tiro, etc. — e fotos de Rondon, a ruptura com o passado. Rondon é o "marco decisivo" (: 34) na ação do Estado em favor das sociedades indígenas brasileiras. O mito Rondon é colocado em um tempo histórico, servindo de mentor e responsável pela sustentação de uma tradição indigenista humanitária que não deve ser combatida nem desprezada. No contexto mais amplo do discurso, no entanto, Rondon perde sua expressão de estrela de primeira grandeza e serve, rompendo o tempo histórico, para dar entrada ao novo momento da política indigenista dos dias de hoje. Para o indigenismo atual, o Serviço de Proteção aos Índios — entenda-se Rondon — estaria "aquém das expectativas":

> "Nesse processo de pacificação, o SPI desenvolveu sua história de meio século. No problema de assistência aos índios pacificados, na fase de pós-atração, a atuação do SPI esteve aquém das expectativas." (: 37)

Nesta linha, do capítulo sétimo ao décimo segundo, temos a terceira e última parte do livro. É o tempo presente. As fotos

apresentam, de forma incisiva, funcionários da FUNAI em pleno exercício de suas funções: ao índio cabe apenas o lugar de coadjuvante ou, quando não, o papel de "integrado", com roupas de "civilizado", máquinas fotográficas no pescoço, ao lado de aviões da FUNAI, abraçados a sertanistas, pintando-se frente a espelhinhos, raspando-se com aparelhos de barbear, com espingardas e não mais com flechas nas mãos, etc. O instantâneo da página 47 mostra o então presidente do órgão tutelar hasteando a Bandeira brasileira num Posto Indígena.

As fotos querem mostrar a concretização da

> "... política indigenista do Brasil (...) na defesa, preservação e integração harmoniosa na comunhão nacional desse nosso precioso patrimônio histórico, humano e cultural que são suas comunidades indígenas, o nosso índio." (: 1)

Depreende-se que, frente a realidade dos dias de hoje, a política indigenista oficial exerce uma ação adequada e condizente, já que

> "hoje, quando estradas vão sendo implantadas pelo interior do país, atravessando áreas tradicionalmente indígenas, trazendo grandes e variados contingentes de colonizadores que se fixam, individualmente ou coletivamente, nessas áreas, o problema toma dimensões mais amplas." (: 42)

Em decorrência dessa ação coerente, o discurso sugere o aparecimento da figura do índio que teria conquistado, hoje, "novos padrões de vida que começam a valorizar" (: 64), donde se subentende que "os índios" estariam ansiosos por tornarem-se brancos, com o apoio de "funcionários da FUNAI que ensinam fazendo, dando ao índio uma colaboração em seus trabalhos." (: 55)

O texto e a edição estratégica das fotos evidenciam uma representação ideológica dos que então respondiam pela política indigenista brasileira. Numa linguagem carregada de preconceitos e sem qualquer fundamento antropológico, o discurso se pretende consensual: "partindo do princípio de que o índio brasileiro tem evidente vocação para a exploração agrícola (sic!), a FUNAI tem concentrado suas ações para fomentar a agricultura" (: 47). Os estereótipos dos indígenas vão, desta forma, sendo criados e incorporados à prática do órgão tutor. Atropelando a questão da diversidade cultural, apesar de indi-

car que dela quer tratar (: 21, 22, 23), o índio pensado pela publicação é aquele que será absorvido pela sociedade nacional em bloco, independentemente de suas peculiaridades e especificidades sociais. A mensagem final é rebuscada, sub-reptícia e indireta, apesar de não resistir à mais simples análise. Da leitura do texto e fotos, permanece um sentimento incômodo em relação a seu significado não imediatamente aparente, mas que se pretende formador de idéias. As sociedades indígenas são entendidas através de axiomas que, pensados como pertinentes à natureza humana, justificariam o extermínio de inúmeros povos indígenas. Isto, se bem que sugerido pela publicação como pertencente a um passado remoto ou a um "presente mítico", remete o leitor a entender como prática única da política indigenista aquela que conduz as populações indígenas à extinção, enquanto sociedades etnicamente diferenciadas e possuidoras de cultura, valores e ideologia próprias. A noção de evolução social ou, melhor ainda, de "desenvolvimentismo", informa a metodologia que norteia e define a publicação. Tudo sugere que essa noção, da forma como é tratada pelo texto, serve apenas aos interesses dos responsáveis pelo livro.

A questão das terras, talvez o principal problema enfrentado pela maioria das sociedades indígenas no Brasil, é tratada de maneira formal e administrativa. Porém, o livro insiste, em diferentes momentos, que a questão deve ser de responsabilidade do Estado. Aproveitando para evidenciar o fracasso também da Igreja na prática indigenista, afirma que

> "já no primeiro decênio do século atual constatava-se que a catequese missionária não havia conseguido, substancialmente, converter os índios, defender seu território contra invasores, nem impedir seu extermínio pelas doenças que os contagiavam. Surge, então, a idéia de substituí-la por uma ação de assistência e proteção leiga e privativa do Estado." (: 34)

Cabe, assim, ao Estado a responsabilidade pelas terras indígenas. Apenas tangenciando este ponto, a publicação exime-se de considerar os problemas e os interesses que impedem a efetiva demarcação das áreas indígenas. Com efeito, o desempenho do órgão oficial nessa questão não tem apresentado avanços significativos. No *A Verdade Sobre o Índio Brasileiro*, o problema é tratado de forma reveladora:

> "A discriminação [do índio] parece revestir-se muito mais de caráter emocional-social, do que de segrega-

ção racial propriamente dita (sic). A cobiça pelas terras ocupadas por grupos indígenas tem como enfoque o estigma de que, sendo o índio 'indolente' e 'preguiçoso', 'obstaculiza' o desenvolvimento." (: 59)

A Antropologia tem como preocupação a comparação das sociedades humanas. Procura, assim, aprofundar o conhecimento do homem através de uma leitura do mundo social. Sua atitude, ao relativizar a ocorrência dos fenômenos sociais, é de nunca considerar as questões que enfrenta como certezas indiscutíveis ou axiomas definitivos. Da Matta (1981) indica que o estudo e conhecimento de uma sociedade tribal deve ser encarado como uma troca igualitária de experiências humanas. Nos primórdios da ciência antropológica, muitos autores entendiam estas sociedades como "raças passivas", repetidoras das formas de organização de seus colonizadores. Assim, através de etapas, indo do simples ao complexo e em movimento sempre ascendente, as sociedades tribais iriam "progredir". Isto significava dizer que seguiriam o rumo da civilização, representada pelas sociedades européias, seu expoente máximo. Uma sociedade indígena era, então, entendida como pertencente a um povo ultrapassado, sem história e, assim, se justificavam as conquistas de "povos atrasados por povos avançados". Ainda no século XIX, entretanto — quando a Antropologia dava seus primeiros passos —, Waitz já indicava que "o grau de cultura de um povo é um indicador menor de seus dotes naturais do que das vicissitudes de sua história". (Lowie, 1946 : 29). Por seu lado, Mauss afirmava, em 1902, que "a hipótese do homem 'natural' está definitivamente abandonada" e, ainda, "que não existem povos não-civilizados" (Mauss, 1979 : 10).

Na história da Antropologia, as sociedades sul-americanas e, em particular, as brasileiras, contribuíram em muito para a reinterpretação de alguns conceitos forjados com base no conhecimento das sociedades da África e da Melanésia. Ao mesmo tempo, uma das contribuições mais importantes da Antropologia sobre os índios brasileiros foi destacar a pluralidade das sociedades indígenas. Constatou-se que não existe o "índio brasileiro".

Diversos autores, brasileiros ou não, trataram de temas importantes para a compreensão de princípios gerais de organização de sociedades em diferentes pontos do país. Assim, questões sobre parentesco, xamanismo, religião, mitologia, ritual, comportamento sexual etc. foram exaustivamente estudados. Há outros estudos que, por seu caráter introdutório, não abordam com tanta profundidade estes e outros temas apon-

tados, mas que informam de maneira absolutamente satisfatória ao interessado nos índios brasileiros. É o caso da obra de Julio Cezar Mellatti, *Índios do Brasil*, um interessante e cuidadoso trabalho sobre as sociedades indígenas brasileira, apresentado em linguagem acessível e consistente. Citaríamos ainda o livro de Darcy Ribeiro, *Os Índios e a Civilização*, leitura indispensável a quem se interessa pela história da política indigenista brasileira.

A publicação de que tratamos, da perspectiva do antropólogo, não chega efetivamente a fornecer elementos à reflexão científica. A leitura de *A Verdade Sobre o Índio Brasileiro* nos sugere que os trabalhos de Antropologia, mesmo aqueles de caráter introdutório, foram ignorados pela publicação. Diante da ampla bibliografia existente sobre as sociedades indígenas, pensamos que este fato não tenha sido involuntário. Isto nos leva a considerar que o que norteia o pensamento dos responsáveis pela publicação não é, na realidade, o índio, mas a abertura de estradas, a expansão da sociedade nacional, o "progresso" (: 3), a colonização de áreas desabitadas por brancos, o que, nos dias de hoje, "não mais tornou possível manter incólume sequer a estrutura tribal". (: 42)

BIBLIOGRAFIA

LOWIE, Robert. *Historia de la Etnologia.* México, Fundo de Cultura Economica, 1946.

MATTA, Roberto da. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social.* Petrópolis, Vozes, 1981.

MAUSS, Marcel. *Antropologia* (org. Roberto Cardoso de Oliveira). São Paulo, Ática, 1979.

MELLATTI, J. C. *Índios do Brasil.* São Paulo, Hucitec/MEC-INL 1980.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.